



<p>i</p> <p>12-08-2015</p>	<p>Periodicidade: Diária</p> <p>Classe: Informação Geral</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Tiragem: 80000</p>	<p>Temática: Economia</p> <p>Dimensão: 405</p> <p>Imagem: S/Cor</p> <p>Página (s): 1/13</p>
----------------------------	--	---

IGF. Fundações receberam 142,5 milhões de euros de forma ilegal

// PÁG. 13

IGF. Fundações receberam 142,5 milhões de forma ilegal em 2014

Relatório da IGF revela que as poupanças obtidas em 2014 ficaram-se pelos 8,2 milhões

Os organismos públicos transferiram um total de 142,5 milhões de euros para fundações de forma ilegal o ano passado. De acordo com o relatório de actividades de 2014 da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), acabado de divulgar, só em subsídios para fundações "que não cumpriram as obrigações de transparência da lei", condição obrigatória para aceder a apoios públicos, foram 113,3 milhões de euros para 40 fundações.

Dezassete entidades públicas efectuaram transferências no valor de 22,8 milhões sem o obrigatório parecer prévio do secretário de Estado da Administração Pública. A Inspeção-Geral de Finanças detectou ainda transferências no montante de 6,4 milhões de euros para fundações "não reportadas" à IGF. Finalmente, este organismo tutelado pelo Ministério das Finanças descobriu transferências para fundações que não respon-

deram ao censo obrigatório e com proposta de extinção de seis fundações no valor de 338 mil euros.

SUBSÍDIOS DE 227,5 MILHÕES O valor das transferências das entidades do sector público para as fundações atingiu os 227,5 milhões de euros em 2014, o que representa uma poupança de apenas 8,2 milhões de euros face à média dos apoios financeiros de 2008 a 2010, de acordo com o relatório da IGF.

Este montante está muito abaixo do montante estimado pelo executivo quando iniciou o processo de avaliação de um primeiro grupo de 130 fundações,

o qual apontava para uma poupança entre 150 a 200 milhões por ano.

O relatório de actividades de 2014 da IGF revela que o valor total das transferências realizadas pelas entidades da Administração Central do Estado, empresas públicas e municípios abrangeu 116 entidades, incluindo 62 municípios.

BANCA. 217 MILHÕES IRREGULARES No toca ao combate à fraude e evasão fiscal, o relatório da IGF revela que foram detectadas "situações de potenciais irregularidades por missões à matéria colectável/rendimento tributável estimadas em cerca de 217 milhões" no sistema de controlo da informação bancária. A não liquidação de receitas fiscais decorrentes dos benefícios fiscais em sede de IMI ascendem a 30 milhões em 2012.

O relatório da IGF revela ainda que, no âmbito da redução de despesas com prestações sociais, foram detectados 113 casos de aposentados com acumulação de funções públicas remuneradas, "envolvendo o pagamento irregular de 900 mil euros". *João d'Espiney*

